



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAI DO SUL
ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADONº 001/2018:
PROVA OBJETIVA - DIA: 04/03/2018

CARGO:
ASSISTENTE SOCIAL

INSTRUÇÕES:

- Você deve receber do fiscal o material abaixo:
 - ✓ Este caderno com 40 questões objetivas sem repetição ou falha.
 - ✓ Um **CARTÃO-RESPOSTA** destinado às respostas da prova.
- Verifique se este material está completo, em ordem e se seus dados pessoais conferem com aqueles constantes no **CARTÃO-RESPOSTA**, caso haja alguma divergência, você deve comunicar ao fiscal de sala.
- Após a conferência, você deverá assinar o seu nome completo, no espaço próprio do **CARTÃO RESPOSTA** utilizando caneta esferográfica de tinta de cor azul ou preta.
- Escreva o seu nome e assine nos espaços indicados neste **CADERNO DE QUESTÕES**, bem como o preenchimento do campo reservado à informação de seu número de inscrição.
- No **CARTÃO-RESPOSTA**, a marcação das letras, correspondentes às respostas de sua opção, deve ser feita com o preenchimento de todo o espaço do campo reservado para tal fim.
- O caderno de prova deverá conter: **40 (QUARENTA)** questões objetivas de múltipla escolha, com apenas uma alternativa correta, assim distribuídas: 05 (CINCO) de Língua Portuguesa, 05 (CINCO) de raciocínio lógico, 05 (CINCO) de conhecimentos gerais e 25 (VINTE E CINCO) de Conhecimentos Específicos.
- A duração da prova será de 3h (três horas), incluindo o preenchimento da folha de respostas.
- A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo, portanto, permitidas perguntas aos fiscais.
- A prova é INDIVIDUAL, sendo vedada a comunicação entre os candidatos durante sua realização.
- Será eliminado o candidato que utilizar material de consulta ou qualquer sistema de comunicação.
- Em cada questão, há somente uma resposta correta.
- O caderno de questões e a folha de respostas deve ser entregue para o fiscal.
- O candidato só poderá entregar a folha de respostas, e retirar-se da sala, depois de decorrida, no mínimo, 01 (uma) hora do início da prova.
- Ao receber sua folha de respostas, SIGA AS INSTRUÇÕES ABAIXO:
 - ✓ verifique se os dados pré-impressos estão corretos;
 - ✓ assine no local indicado;
 - ✓ pinte, preenchendo por inteiro, com caneta esferográfica, tinta azul-escuro ou preto, o campo correspondente à única alternativa que considera correta em cada questão.
 - ✓ não a amasse nem dobre.

ATENÇÃO:

- Marcar mais de uma alternativa anulará a resposta.
- Preencha DA SEGUINTE FORMA:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

NOME DO CANDIDATO

ASSINATURA DO CANDIDATO

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40

LÍNGUA PORTUGUESA:

AS QUESTÕES 01 e 02 ESTÃO RELACIONADAS AO TEXTO ABAIXO:

Vidas secas (fragmento)

Graciliano Ramos

A caatinga estendia-se, de um vermelho indeciso salpicado de manchas brancas que eram ossadas. O voo negro dos urubus fazia círculos altos em redor dos bichos moribundos.

– Anda, excomungado.

O pirralho não se mexeu, e Fabiano desejou matá-lo. Tinha o coração grosso, queria responsabilizar alguém pela sua desgraça. A seca aparecia-lhe como um fato necessário – e a obstinação da criança irritava-o. Certamente esse obstáculo miúdo não era o culpado, mas dificultava a marcha, e o vaqueiro precisava chegar, não sabia onde. [...]

Pelo espírito atribulado do sertanejo passou a ideia de abandonar o filho naquele descampado. Pensou nos urubus, nas ossadas, coçou a barba ruiva e suja, irresoluto, examinou os arredores. Sinhá Vitória estirou o beijo indicando vagamente uma direção e afirmou com alguns sons guturais que estavam perto. Fabiano meteu a faca na bainha, guardou-a no cinturão, acocorou-se, pegou no pulso do menino, que se encolhia, os joelhos encostados no estômago magro e frio como um defunto. Aí a cólera desapareceu e Fabiano teve pena. Impossível abandonar o anjinho aos bichos do mato. Entregou a espingarda a Sinhá Vitória, pôs o filho no cangote, levantou-se, agarrou os bracinhos que lhe caíam sobre o peito, moles, finos como cambitos. Sinhá Vitória aprovou esse arranjo, lançou de novo a interjeição gutural, designou os juazeiros invisíveis.

E a viagem prosseguiu, mais lenta, mais arrastada, num silêncio grande.

Vidas secas. Rio de Janeiro, Record, 1986.

01 - Analise as afirmativas sobre a acentuação gráfica das palavras do texto:

I - As palavras “miúdos e caíam” são acentuadas por serem o “i” e “u” tônicos de hiato.

II - “invisíveis” é acentuada por ser uma paroxítona terminada em “is”.

III - “necessário e vitória” são acentuadas por serem paroxítona terminadas em ditongo crescentes.

Quais afirmativas estão corretas?

- a) apenas I e II.
- b) apenas II e III.
- c) apenas I e III.
- d) I, II e III.
- e) nenhuma das alternativas.

02 - O elemento coesivo “mas” destacado no terceiro parágrafo estabeleceu relação de:

- a) oposição.

- b) conclusão.
- c) adição.
- d) explicação.
- e) interrogação.

03 - Observe a concordância:

- I. Saúde é necessário.
- II. A saúde é necessária.
- III. É necessário saúde.
- IV. Para quem a saúde é necessário?
- V. Aqui, saúde é necessária.

Assinale a alternativa que indica todas as frases onde a concordância está adequada.

- a) II e III.
- b) IV e V.
- c) I, II e III.
- d) I, IV e V.
- e) II, III e IV.

04 - Complete as lacunas usando adequadamente mas / mais / mau / mal.

Pedro e João. _____ entraram em casa, perceberam que as coisas não estavam bem, pois sua irmã caçula escolhera um _____ momento para comunicar aos pais que iria viajar nas férias; _____ seus dois irmãos deixaram os pais _____ sossegados quando disseram que a jovem iria com as primas e a tia.

- a) mau – mal – mais – mas
- b) mal – mal – mais – mais
- c) mal – mau – mas – mais
- d) mal – mau – mas – mas
- e) mau – mau – mas – mais

05 - Sobre o texto abaixo, assinale a alternativa correta:

“Quando o enterro passou
Os homens que se achavam no café
Tiraram o chapéu maquinalmente”

Manuel Bandeira

A oração **que se achavam no café** é:

- a) subordinada adverbial condicional
- b) coordenada sindética adversativa
- c) subordinada substantiva subjetiva
- d) subordinada substantiva objetiva direta
- e) subordinada adjetiva restritiva

RACIOCÍNIO LÓGICO:

06 - Para comprar um bolo, João deu R\$ 9,00, Sílvia R\$ 15,00 e Lauro R\$ 21,00. Que fração do bolo coube a cada um?

- a) João $\frac{1}{3}$, Sílvia $\frac{3}{5}$, Lauro $\frac{1}{4}$
- b) João $\frac{1}{5}$, Sílvia $\frac{1}{3}$, Lauro $\frac{7}{15}$
- c) João $\frac{1}{5}$, Sílvia $\frac{1}{3}$, Lauro $\frac{1}{2}$
- d) João $\frac{1}{6}$, Sílvia $\frac{1}{4}$, Lauro $\frac{2}{5}$
- e) João $\frac{1}{8}$, Sílvia $\frac{1}{4}$, Lauro $\frac{2}{6}$

07 - A negação de “Não sabe português ou sabe matemática” é:

- a) sabe português ou sabe matemática.
- b) sabe português ou não sabe matemática.
- c) não sabe português e não sabe matemática.
- d) sabe português e não sabe matemática.
- e) não sabe português e sabe matemática.

08 - Beatriz pagou 30% de uma dívida de R\$ 700,00 e dividiu o restante em 5 parcelas iguais. Qual é o valor que Beatriz vai pagar em cada parcela?

- a) R\$ 45,00.
- b) R\$ 89,00.
- c) R\$ 98,00.
- d) R\$ 106,00.
- e) todas erradas.

09 - Considerando a sequência de vocábulos:

galo - pato - carneiro - X - cobra - jacaré

A alternativa lógica que substitui X é:

- a) Boi
- b) Siri
- c) Sapo
- d) Besouro
- e) Gaivota

10 - A porcentagem de frequência, em uma sala de aula, foi de 74% em um mês e de 81,03% no mês seguinte. A variação percentual da porcentagem de frequência, do primeiro ao segundo mês, foi de:

- a) 3,515%.
- b) 7,03%.
- c) 7,5%.
- d) 9,03%.
- e) 9,5%.

CONHECIMENTOS GERAIS:

11 – Conforme a Lei Orgânica do Município de Pirai do Sul – Paraná, em seu capítulo 1º, sobre a Organização Municipal, assinale a alternativa correta:

São considerados símbolos do Município:

- a) O Brasão.
- b) O Brasão e a Bandeira.
- c) A Bandeira e o Hino.
- d) O Brasão, a Bandeira e o Hino.
- e) O Brasão e o Hino.

12–Sobre a História do Município de Pirai do Sul – Paraná, disponível no site oficial da Prefeitura Municipal <http://piraidosul.pr.gov.br>, assinale a alternativa correta:

O povoamento da localidade onde hoje se encontra Pirai do Sul foi iniciado em princípios do século XVII, numa gleba de propriedade do Padre Lucas Rodrigues França, filho do Capitão-Governador João Rodrigues França. A fazenda propriedade do Padre Lucas se localizava no vale do rio Pirai. O primeiro nome da localidade foi o de:

- a) Bairro do Pirai Mirim.
- b) Bairro do Capinzal.
- c) Bairro da Lança.
- d) Bairro da Ressaca.
- e) Bairro do Fundão.

13–Sobre a História do Município de Pirai do Sul – Paraná, disponível no site oficial da Prefeitura Municipal <http://piraidosul.pr.gov.br>, assinale a alternativa correta:

Em virtude da Lei provincial nº 631 de 5 de março de 1881, Pirai foi elevado a categoria de Vila, com território desmembrado de:

- a) Arapoti.
- b) Jaguariaíva.
- c) Ventania.
- d) Castro.
- e) Nenhuma das alternativas.

14 – O Poder Legislativo com mandato 2017/2020 da Câmara Municipal de Pirai do Sul, é composto por quantos vereadores?

- a) 06 (seis).
- b) 07 (sete).
- c) 08 (oito).
- d) 09 (nove).
- e) 11 (onze).

15 - Sobre a Reforma Trabalhista, que entrou em vigor em novembro do ano passado, analise as seguintes afirmações:

I. O sistema de compensação de jornada de trabalho conhecido como "Banco de Horas", anteriormente autorizado somente via norma coletiva, passa a ser autorizado por acordo individual com o trabalhador, desde que a compensação ocorra no período máximo de 6 meses.

II. O tempo despendido pelo empregado desde a sua residência até a efetiva ocupação do posto de trabalho e para o seu retorno, caminhando ou por qualquer meio de transporte, inclusive o fornecido pelo empregador, não será computado na jornada de trabalho, por não ser tempo à disposição do empregador.

III. Mesmo que não haja concordância do empregado, as férias poderão ser usufruídas em até três períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a quatorze dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a cinco dias corridos, cada um.

Não está **CORRETO** o que se afirma na(s) assertiva(s):

- a) I.
- b) I e II.
- c) I, II e III.
- d) II e III.
- e) III.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

16– Sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, analise a veracidade das frases abaixo:

I. As entidades, públicas e privadas, que atuem nas áreas informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos e produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, dentre outras, devem contar, em seus quadros, com pessoas capacitadas a reconhecer e comunicar ao Conselho Tutelar, suspeitas ou casos de maus-tratos praticados contra crianças e adolescentes.

II. São igualmente responsáveis pela comunicação de suspeitas ou casos de maus-tratos praticados contra crianças e adolescentes, as pessoas encarregadas, por razão de cargo, função, ofício, ministério, profissão ou ocupação, do cuidado, assistência ou guarda de crianças e adolescentes, punível, na forma deste Estatuto, o injustificado retardamento ou omissão, culposos ou dolosos;

III. As entidades, públicas ou privadas, que abriguem ou recepcionem crianças e adolescentes, exceto em caráter temporário, devem ter, em seus quadros, profissionais capacitados a reconhecer e reportar ao Conselho Tutelar, suspeitas ou ocorrências de maus-tratos;

IV. São atribuições do Conselho Tutelar, promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes;

Estão CORRETAS:

- a) I, II, e III
- b) II, III e IV.
- c) I, II, e IV
- d) III e IV.
- e) I e IV.

17 - De acordo com o Estatuto da Criança e do adolescente (Lei n.º 8.069/90) e alterações posteriores, no que se refere ao Direito à Convivência Familiar e Comunitária, a permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de:

a) 06 (seis meses), salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.

b) 12 (doze meses), salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.

c) 18 (dezoito meses), salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.

d) 24 (vinte e quatro meses), salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.

e) 36 (trinta e seis meses), salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.

18 – Sobre as Infrações Administrativas do Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou do adolescente, cabe pena-multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

b) Hospedar criança ou adolescente acompanhado dos pais ou responsável, ou com autorização escrita desses ou da autoridade judiciária, em hotel, pensão, motel ou congênere, cabe pena-multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

c) Divulgar, total ou parcialmente, sem autorização devida, por qualquer meio de comunicação, nome, ato ou documento de procedimento policial, administrativo ou judicial relativo a criança ou do adolescente a que se atribua ato infracional, cabe pena-multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

d) Deixar de apresentar à autoridade judiciária de seu domicílio, no prazo de cinco dias, com o fim de regularizar a guarda de adolescente trazido de outra comarca para a prestação de serviço doméstico, mesmo que autorizado pelos pais ou responsável, cabe pena-multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência, independentemente das despesas de retorno do adolescente, se for o caso.

e) Descumprir, dolosa ou culposamente, os deveres inerentes ao poder familiar ou decorrente de tutela ou guarda, bem assim determinação de autoridade judiciária ou Conselho Tutelar, cabe pena-multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

19 – SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, Lei nº 12.594/2012, orienta-se pelas normativas nacionais e internacionais, das quais o Brasil é signatário. Os princípios do atendimento socioeducativo se somam aqueles integrantes e orientadores do Sistema de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente, sobre as medidas socioeducativas, as quais têm por objetivo:

a) A responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, nunca incentivando a sua reparação;

b) A responsabilização do adolescente quanto às consequências abusivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação;

c) A integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio de ações comunitárias;

d) A desaprovação da conduta infracional, efetivando as disposições da sentença como parâmetro máximo de privação de liberdade ou restrição de direitos, observados os limites previstos em Lei.

e) A aprovação da conduta infracional, efetivando as disposições da sentença como parâmetro máximo de privação de liberdade ou restrição de direitos, observados os limites previstos em Lei.

20 – Sobre a competência dos municípios do Art. 5º da Lei nº 12.594/2012, do SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo analise a veracidade das afirmações abaixo:

I. Formular, instituir, coordenar e manter o Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo, respeitadas as diretrizes fixadas pela União e pelo respectivo Estado;

II. Elaborar o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, em conformidade com o Plano Nacional e o respectivo Plano Estadual;

III. Criar e manter programas de atendimento para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto;

IV. Editar normas complementares para a organização e funcionamento dos programas do seu Sistema de Atendimento Socioeducativo;

Estão **CORRETAS:**

a) Somente a I

b) I e II.

c) I e III.

d) II e IV.

e) Todas estão corretas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

21 – Sobre o PIA – Plano Individual de Atendimento (PIA), Capítulo IV da Lei nº 12.594/2012, do SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo assinale a alternativa INCORRETA:

a) O cumprimento das medidas socioeducativas, em regime de prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade ou internação, dependerá de Plano Individual de Atendimento (PIA), instrumento de previsão, registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas com o adolescente.

b) O PIA será elaborado sob a responsabilidade da equipe técnica do respectivo programa de atendimento, com a participação efetiva do adolescente e de sua família, representada por seus pais ou responsável.

c) Para o cumprimento das medidas de prestação de serviços a comunidade de liberdade assistida o PIA será elaborado no prazo de até 30 (trinta) dias do ingresso do adolescente no programa de atendimento.

d) Por ocasião da reavaliação da medida, é obrigatória a apresentação pela direção do programa de atendimento de relatório da equipe técnica sobre a evolução do adolescente no cumprimento do plano individual.

e) O acesso ao plano individual será restrito aos servidores do respectivo programa de atendimento, ao adolescente e a seus pais ou responsável, ao Ministério Público e ao defensor, exceto expressa autorização judicial.

22 – Ao saber que uma criança de 7 anos não tem frequentado a escola ou recebido qualquer apoio educacional por parte dos pais, um cidadão decide informar a um órgão que tenha como finalidade específica zelar pelos direitos da criança e do adolescente. Nesse caso, o encaminhamento deve ser feito:

a) ao Ministério da Educação.

b) à Vara da Família.

c) ao Conselho Tutelar.

d) à Vara da Infância e da Adolescência.

e) ao Ministério Público.

23 – O Sr. João possui 75 anos, possui uma doença crônica decorrente de sua idade e optou por receber os cuidados em sua moradia, pois dedica-se ao cultivo de plantas e à leitura de sua coleção de livros.

De acordo com o Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003:

a) É competência exclusiva do médico do idoso proceder à escolha do tratamento de saúde que lhe for mais favorável para prolongar a vida de seu paciente;

b) A família do Sr. João precisará requerer sua tutela a fim de assumir o controle da situação e tomar as providências cabíveis na garantia do direito à vida e à saúde;

c) O idoso é objeto de proteção integral e atendimento prioritário em todas as esferas em consideração à sua condição de incapacidade para os atos civis e inimputabilidade;

d) Ao idoso que esteja no domínio de suas faculdades mentais é assegurado o direito de optar pelo tratamento de saúde que lhe for reputado mais favorável;

e) A demência implica a perda ou redução progressiva das capacidades cognitivas, suficientemente importante a ponto de provocar uma perda de autonomia do indivíduo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

24 - Segundo Netto (2013) os projetos profissionais também são estruturas dinâmicas, respondendo às alterações no sistema de necessidades sociais sobre o qual a profissão opera, às transformações econômicas, históricas e culturais, ao desenvolvimento teórico e prático da própria profissão e, ademais, às mudanças na composição social do corpo profissional. Por tudo isto, os projetos profissionais igualmente se renovam, se modificam.

Em relação aos projetos profissionais é **CORRETO** afirmar:

- a) São projetos coletivos, mas seu traço peculiar reside no fato de se constituírem como projetos macroscópicos, como propostas para o conjunto da sociedade.
- b) A experiência histórica demonstra que, tendo sempre em seu núcleo a marca da classe social a cujos interesses essenciais respondem, os projetos constituem estruturas inflexíveis.
- c) Inscrevem-se no marco dos projetos coletivos aqueles relacionados às profissões – especificamente as profissões que, reguladas juridicamente, supõem uma formação teórica e/ou técnico-interventiva, em geral de nível acadêmico superior.
- d) A teoria social crítica sublinha que os membros da sociedade, homens e mulheres, sempre atuam teleologicamente – isto é: as ações humanas sempre são orientadas para objetivos, metas e fins.
- e) Tratam-se daqueles projetos que apresentam uma imagem de sociedade a ser construída, que reclamam determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la.

25 - As competências dos assistentes sociais, na cena atual, segundo Yamamoto (2009) tem se confundido com o discurso da competência, institucionalmente permitido e autorizado pelas instâncias burocráticas dos organismos empregadores.

Sob essa análise a autora afirma que:

- a) As competências dos assistentes sociais emergem das diretrizes ideopolíticas do capitalismo, capacitando profissionais a atuarem nos mais diversificados organismos empregadores.
- b) O assistente social, nas instituições empregadoras, deve observar e seguir severamente as determinações burocráticas, a fim de desenvolver ações competentes em prol da emancipação humana.
- c) As competências técnico-operativas, teórico-metodológicas e ético-políticas dos/ as assistentes sociais estão apoiadas pela racionalidade burocrática das instituições empregadoras.
- d) As estratégias ocultam e dissimulam o real, o poder aparece como se emanasse de uma racionalidade própria do mundo da burocracia, acoplado a um discurso neutro da cientificidade.
- e) Os organismos empregadores, sejam de natureza pública ou privada apresentam a prerrogativa de determinar as atividades e competências nos espaços sociocupacionais.

26 - Os instrumentos técnico-operativos do Serviço Social que medeiam a concretização das ações profissionais estão presentes na execução das habilidades comumente também denominadas procedimentos.

Cumprem, portanto, um papel de:

- a) Mecanismos que, por si sós, explicam a realidade imediata dos profissionais.
- b) Resolução das demandas apresentadas pelos usuários dos serviços socioassistenciais.
- c) Ferramentas e de elementos mediadores, perpassando a linguagem escrita e falada.
- d) Concepções de práticas ligadas particularmente à teoria dos jogos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

e) Instrumentos técnicos de uso exclusivo dos/as assistentes sociais nos diversos espaços socioocupacionais.

27 - Maria Lucia Silva Barroco (2010) assinala que os valores e fundamentos do Código de Ética do Assistente Social de 1993 apontam para a particularidade do compromisso profissional, especialmente quando se refere às determinações da competência ético-política profissional.

Sob essa perspectiva afirma-se que o Código de Ética trata da:

- a) Matriz teórico-metodológica, orientadora da formação profissional dos assistentes sociais.
- b) Luta corporativa que a categoria profissional trava no interior da sociedade do capital.
- c) Histórica vinculação cristã que concebe a ética essencialista, dada por uma essência transcendental.
- d) Moralização da questão social que criminaliza os pobres e a pobreza na sociedade capitalista.
- e) Dimensão prático-operativa, tendo por eixo a defesa e a universalização dos direitos sociais.

28 - Os projetos profissionais são construídos por um sujeito coletivo – o respectivo corpo (ou categoria) profissional, que inclui não apenas os profissionais “de campo” ou “da prática”, mas que deve ser pensado como o conjunto dos membros que dão efetividade à profissão.

Nesse sentido, são organizações brasileiras que compõem o projeto profissional do Serviço Social:

- a) CFAS, CRAS, ABES, MEC.
- b) CFESS, CRESS, ABEPSS, ENESSO.
- c) Sindicatos, SUAS, MEC, SINDUSCON.

d) Diretrizes Curriculares, ABESS, ASA, FENAS.

e) AASPTJSP, AMAS, SENALBA, ALEITS, CELATS.

29 - O Capítulo 5 do Código de Ética do Assistente Social, de 1993, trata do sigilo profissional, no que concerne à proteção aos usuários em tudo aquilo que o assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional.

Em observância ao trabalho multidisciplinar, o Código de Ética normatiza que:

- a) Só poderão ser prestadas informações dentro dos limites do estritamente necessário.
- b) A quebra do sigilo é inadmissível, mesmo quando a situação envolver fato delituoso.
- c) É um dever facultativo do assistente social manter sigilo em instituições públicas, considerando a lei de transparência.
- d) Todos os profissionais envolvidos com o serviço devem ter pleno conhecimento de todos os fatos.
- e) A quebra ou partilha de informações prescritas no sigilo profissional somente pode ocorrer diante de tribunal de ética, circunscrito nos Conselhos Regionais.

30 - O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) publicou nova Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS), em 2012, a NOB avança na implementação do SUAS e no artigo 5º define as diretrizes estruturantes da gestão do Sistema.

Dentre as diretrizes apresentadas pela NOB/SUAS 2012, está a(o):

- a) Outorga onerosa de bens e imóveis para os municípios implementarem o SUAS.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

b) Pactuação internacional que reconhece imigrantes de outros países como usuários de direito do SUAS.

c) Financiamento privado de serviços socioassistenciais, com a possibilidade de desconto do Imposto de Renda.

d) Fortalecimento das Organizações Não Governamentais na prestação de serviços socioassistenciais.

e) Primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social.

31 - A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) institui os serviços socioassistenciais no SUAS, os quais são organizados a partir da gestão da política nas seguintes referências:

a) Proteção Social, Proteção Social Especial.

b) Vigilância Social, Proteção Social e Defesa Social e Institucional.

c) Proteção Social Especial de Média Complexidade, Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

d) Centro de Referência da Assistência Social, Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

e) Serviço de Orientação e Apoio Especializado a Crianças, Adolescentes, Família e idosos.

32 - A adoção é uma medida excepcional e irrevogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa.

Quando esgotadas as medidas, um dos critérios do adotante é a sua idade que deve ser pelo menos:

a) Dez anos mais velho do que o adotado.

b) Dezesesseis anos mais velho do que o adotado.

c) Dezoito anos mais velho do que o adotado.

d) Maior de idade e que não seja hipossuficiente.

e) Qualquer idade, desde que emancipado.

33 - O Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, pautado na legislação em vigor, elenca posturas que devem ser observadas em relação à decisão de afastamento de criança ou de adolescente da família. Quando constatada a necessidade, ainda que temporária, da criança ou do adolescente de sua família de origem, o caso deve ser levado imediatamente ao Ministério Público e à autoridade judiciária. O afastamento deve advir de recomendação técnica. Essa recomendação técnica pode ser elaborada por assistente social, como membro, preferencialmente, de equipe interdisciplinar de instituição pública.

Nesse sentido, o Plano estabelece que a recomendação técnica seja apresentada via:

a) Relatório.

b) Parecer social.

c) Laudo pericial.

d) Atestado social.

e) Estudo diagnóstico.

34 - A Lei nº 10.741, de 01/10/2003, instituiu o Estatuto do Idoso para regular os direitos assegurados às pessoas com idade:

a) igual a 70 anos.

b) superior a 65 anos.

c) igual ou superior a 65 anos.

d) superior a 60 anos.

e) igual ou superior a 60 anos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

35 - Constituição de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, é o grande marco para a construção do direito da Assistência Social, conferindo, pela primeira vez, a condição de política pública à assistência social, constituindo, no mesmo nível da saúde e previdência social, o tripé da seguridade social.

A partir da Constituição de 1988, o arcabouço legal que dispõe sobre a Assistência Social vem sendo constituída por iniciativas governamentais.

Identifique abaixo os itens que correspondem ao arcabouço legal referente à Assistência Social:

- I. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), nº 8.742.
- II. Política Nacional da Assistência Social (PNAS)
- III. Sistema Único de Assistência Social (SUAS)
- IV. Sistema Único de Saúde (SUS)
- V. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

Assinale a alternativa que indica todos os itens CORRETOS:

- a) I, II e III.
- b) I, II e IV.
- c) I, II e V.
- d) II, III e IV.
- e) II, III e IV.

36 - Identifique os itens que constituem direitos dos assistentes sociais, conforme o artigo 2º do Código de Ética Profissional do Assistente Social.

- I. Livre exercício das atividades inerentes à Profissão.
- II. Participação na elaboração e no gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais.

III. Inviolabilidade do local de trabalho e respectivos arquivos e documentação, garantindo o sigilo profissional.

IV. Pronunciamento em matéria de sua especialidade, sobretudo quando se tratar de assuntos de interesse da população.

V. Liberdade na realização de seus estudos e pesquisas, conforme a determinação e necessidade da instituição de trabalho.

Assinale a alternativa que indica todos os itens CORRETOS:

- a) III e IV.
- b) II, III e IV.
- c) III, IV e V.
- d) I, II, III e IV.
- e) I, II, III e V.

37 - Fundamentada na Constituição Federal de 1988 e na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a organização da Assistência Social segue algumas diretrizes.

Assinale a alternativa que compreende corretamente uma das diretrizes da Política Pública da Assistência Social.

- a) Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações somente a nível municipal.
- b) Total responsabilidade do Estado na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo, sem a participação da população.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

c) Centralidade na família patriarcal para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos.

d) Centralidade das ações de âmbito da assistência social no indivíduo, garantindo o pleno atendimento às suas necessidades individuais e sociais.

e) Descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social, garantindo o comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características socioterritoriais locais.

38 - Assinale a alternativa que indica corretamente um dos deveres do assistente social nas suas relações com os usuários, conforme o artigo 5º do Código de Ética Profissional do Assistente Social.

a) Contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais.

b) Garantir a plena informação sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas, respeitando as decisões dos usuários, desde que compartilhem dos mesmos valores e crenças individuais dos/as profissionais.

c) Democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos obrigatórios à participação dos usuários.

d) Devolver apenas em casos específicos as informações colhidas nos estudos e nas pesquisas aos usuários.

e) Esclarecer aos usuários, ao iniciar o trabalho, sobre os objetivos e a amplitude de sua atuação profissional, somente quando entender ser necessário.

39 - Com base na Resolução do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) no 493/2006, é responsabilidade do (a) assistente social informar, por escrito, a instituição ou o órgão que presta os serviços acerca das inadequações quanto às condições:

a) éticas do exercício profissional, apenas.

b) éticas, físicas e técnicas do exercício profissional.

c) éticas e físicas do exercício profissional, somente.

d) físicas do exercício profissional, e as condições técnicas cabe à fiscalização do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS).

e) éticas e técnicas do exercício profissional, apenas.

40 - O exercício profissional do(a) assistente social é hoje regulado e orientado normativamente por um conjunto de resoluções do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS).

Nesse sentido, cumpre destacar as particularidades do trabalho realizado conforme a área de atuação, seja na assistência social, na previdência, na

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

educação, na habitação, entre outras. A esse respeito, assinale a alternativa que apresenta uma dimensão da intervenção profissional no âmbito da assistência social.

- a) Fortalecimento da execução direta dos serviços socioassistenciais pelas prefeituras, pelo governo do Distrito Federal e pelos governos estaduais, nas respectivas áreas de abrangência.
- b) Realização de estudos e estabelecimento de cadastro atualizado de entidades e rede de atendimentos públicos e privados.
- c) Participação nos conselhos municipais, estaduais e nacional de assistência social, na condição de conselheiro(a).
- d) Gerenciamento, planejamento e execução direta de bens e serviços a indivíduos, famílias, grupos e coletividade, na perspectiva de fortalecimento da gestão democrática e participativa.
- e) Prestação de assessoria e supervisão às entidades não governamentais que constituem a rede socioassistencial.